

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.572.644 - RN (2019/0250642-7)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO**
NORTE
AGRAVADO : **GINALDO SIMOES PEREIRA**
AGRAVADO : **REGINALDO MATEUS DA SILVA**
ADVOGADO : **NAVDE RAFAEL VARELA DOS SANTOS - RN009584**
AGRAVADO : **GRACENILDO ALVES DE ARAUJO**
ADVOGADO : **GIOVANE COSTA DA SILVA - RN003669**

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. CRIME DE TORTURA. VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CPP. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INCABÍVEIS PARA FINS DE MERO PREQUESTIONAMENTO OU REDISCUSSÃO DO MÉRITO. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, contra decisão que inadmitiu recurso especial manejado em face de acórdão do eg. Tribunal de Justiça daquele Estado, assim ementado (fl. 712):

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELO. CRIMES DE TORTURA, DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA E TRÁFICO DE DROGAS (ART. 1º, I, "A" C/C §4º, I, DA LEI 9.455/97; ART. 339 DO CP E ARTS. 12 E 14 DA LEI 6.368/76). SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. INSURGÊNCIA MINISTERIAL. CONJUNTO PROBATÓRIO INSUFICIENTE A RESPALDAR A CONDENAÇÃO. TESTEMUNHOS FRÁGEIS E CONTRADITÓRIOS IMPRESTÁVEIS A CORROBORAR A PALAVRA DA VÍTIMA. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E IN DÚBIO PRO REO. PRECEDENTES DESTA CORTE. DECISUM MANTIDO. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO."

Consoante se extrai dos autos, os agravados, **GINALDO SIMOES PEREIRA** e **REGINALDO MATEUS DA SILVA**, foram absolvidos pela prática

dos crimes previstos no art. 1º, inciso I, alínea **a**, c/c art. 1º, § 4º, ambos da Lei 9.492/97, c/c art. 29, do Código Penal, bem como no art. 12 e art. 14, ambos da Lei 6.368/76 e no art. 339, do Código Penal, na forma do artigo 69, também do Código Penal, face a inexistência de provas quanto a materialidade e autoria do delito.

Irresignado, o **Parquet** interpôs apelação, à qual, por unanimidade, o eg. Tribunal **a quo** negou provimento (fls. 712-718).

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (fls. 740-745).

No **recurso especial**, interposto com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição Federal, o Ministério Público alegou violação do artigo 619, do Código de Processo Penal, ao argumento de que o eg. Tribunal de origem, em que pese a interposição de embargos de declaração, permaneceu omissos quanto ao teor dos depoimentos testemunhais.

Aduz que o acórdão reprochado "[...] deixou de considerar o teor dos depoimentos testemunhais de *ESTELITA ADÉLIA DA COSTA, JOSEFA ALVES DE LIMA E ÂNGELA MARIA DA SILVA*, os quais, ao contrário do que expôs o acórdão, não afirmaram os fatos por "ouvir dizer", mas sim, revelam que há suporte probatório suficiente para ensejar a condenação dos réus pelo delito de tortura." (fl. 755).

Por fim, o **Parquet** pleiteou a anulação do acórdão recorrido, bem como o reconhecimento do prequestionamento ficto quanto ao ponto suscitado.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 761-765 e 767-771), sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado na incidência da **Súmula 83/STJ**, pois o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta Corte Superior (fls. 773-774).

Nas razões do agravo, postula-se o processamento do recurso especial, haja vista o cumprimento dos requisitos necessários à sua admissão.

O Ministério Público Federal apresentou parecer pelo

conhecimento do agravo e **provimento** do recurso especial (fls.804-809).

É o relatório.

Decido.

Tendo em vista o argumento expendido pela parte agravante para refutar o fundamento da decisão de admissibilidade da origem, **conheço do agravo e passo a examinar o recurso especial.**

A questão a ser analisada cinge-se à suposta violação do art. 619 do Código de Processo Penal. Aduz o Ministério Público que a eg. Corte de origem não sanou a omissão alegada pelo **Parquet** em seu recurso integrativo, quanto ao teor dos depoimento das testemunhas ESTELITA ADÉLIA DA COSTA, JOSEFA ALVES DE LIMA e ÂNGELA MARIA DA SILVA, *"os quais, ao contrário do que expôs o acórdão, não afirmaram os fatos por "ouvir dizer", mas sim, revelam que há suporte probatório suficiente para ensejar a condenação dos réus pelo delito de tortura."* (fl. 755), incorrendo em negativa de prestação jurisdicional, uma vez que o teor dos depoimentos revela a existência de provas suficientes para ensejar a condenação dos recorridos.

O eg. Tribunal **a quo** assim se manifestou sobre o ponto (fls. 714-716, destaquei):

"10. Afora isso, à míngua de exame de corpo de delito para atestar de maneira insofismável as agressões sofridas, resta tão somente analisar os depoimentos testemunhais (exame pericial indireto).

11.Contudo, diversos deles devem ser vistos com reserva, pois tomados como declarações e por "ouvir dizer", bem assim apresentam discrepância com a palavra de presos, os quais atestaram não ter presenciado violência física no interior da Delegacia, tampouco viram hematomas no corpo da vítima (mídia à fl. 361).

12.Dessa feita, incontestemente a fragilidade do acervo probante, como bem destacado pelo Sentenciante (fls. 507/508):

"(...) Apoiando às declarações da vítima, que certificou a autoria das agressões sofridas e da omissão em face das mesmas, apenas a sua tia, que ouvida na qualidade de declarante, sua ex-cunhada e sua ex-companheira confirmaram a versão dada por esse, assim como afirmam que constatarem os vestígios das agressões físicas (gravação mídia CD, fl. 108).

Ademais, como bem afirmou Angela Maria da Silva (declarante)

acerca dos fatos já narrados: '(...) só que ele contou, a versão dele foi essa', referindo-se às informações obtidas da vítima quando das visitas realizadas à Delegacia de Polícia, naquela ocasião.

Já sua ex-companheira, Joselita, também afirmou que a vítima havia relatado que tinha sido agredido pelos policiais.

A ex-sogra também afirmou ter ouvido as pancadas (referindo-se às agressões), afirmando, na seqüência, que a porta do imóvel ocupado pela vítima encontrava-se aberta. Teresinha da Costa, outra declarante, inicialmente, afirmou que não lembrava dos fatos ocorridos, porém, na seqüência, afirmou que não viu os policiais agredindo a vítima dentro do quartinho (referindo-se ao imóvel ocupado pela vítima), em contrapartida, relatou que no quintal os policiais agrediram o ofendido.

Josefa Alves de Lima, afirmou que os policiais bateram em Marcos de Oliveira, porém, também em duas ocasiões afirma que fazia muito tempo da ocorrência dos fatos e que não sabia o que falar ou mesmo não lembrava mais dos fatos ocorridos. (...)'.

13. E concluiu Sua Excelência:

"(...) A testemunha, José Francisco Rodrigues, preso à época, juntamente com a vítima, na Delegacia de Polícia de Acari, afirmou com riqueza de detalhes: '(...) eu estava preso na Delegacia; ele estava preso mais eu (vítima); numa cela mais eu; eu não percebi nenhuma lesão; ele não falou nada; ele ficava deitado numa rede; não sei dizer se ele pediu remédio; não presenciei nenhuma agressão a ele; não sei se era envolvido com drogas; foi Reginaldo e Gracenildo que prenderam o Marcos; ...a mim ele não falou se tinha sido agredido (...) ". A outra testemunha, Joetson da Silva Chaves, afirmou: '(...) eu não lembro da data; eu lembro que ele estava preso; (...) faz 10 anos e eu não tenho recordação; eu acho que ele estava preso; agora mesmo eu não me recordo de vê ele com essas manchas que o Senhor está falando; a gente passou 5 ou 6 dias; ele falava mas eu não cheguei a vê não; no período que ele estava lá eu nunca ouvi espancamento; quando eu fui preso eu não fui agredido; foi o advogado Dr. Caio que foi lá visitá-lo; eu não percebi que ele estava com o olho roxo; eu passei 5 ou 6 dias e fui para outra cela; eu não cheguei a vê nenhuma agressão, nem comigo e nem com ele; (...)'

Havendo uma versão coerente, baseada em provas (no caso, o depoimento da testemunha ocular) e contrária àquela apresentada pelas testemunhas, José Francisco e Joetson da Silva, e inexistindo qualquer outra prova que possa confirmar alguma das versões, a dúvida permanece e, com ela, a presunção de inocência dos réus, única presunção prevista pelo nosso sistema processual penal e, mais ainda, garantia fundamental prevista na Carta Magna de nossa República. (...)"

14. Desta feita, ***dada a ausência de elementos probatórios contundentes e robustos, inconcebível a reforma da sentença, sob pena de vilipêndio aos princípios da presunção de inocência e in dúbio pro reo, consoante apregoado pela Câmara Criminal desta Corte de Justiça [...]***"

Por sua vez, ao rejeitar os embargos de declaração interpostos pelo Ministério Público, a Corte de origem invocou os seguintes fundamentos, **in verbis** (fls. 741-744, grifei):

"08. Com efeito, o Acórdão objurgado se manifestou expressamente sobre a validade dos testemunhos, entendendo, na oportunidade, não serem suficiente a ensejar o édito condenatório, vejamos:

[...]

09. Igualmente, restou amplamente valorada a palavra das testemunhas apontadas pelo Parquet, ainda que por meio de transcrição da sentença absolutória (motivação per relationem):

[...]

10. Daí, estando exhaustivamente registrados os motivos relativos à fragilidade da tese defensiva, o rebate, um a um, dos argumentos se mostra inócuo, sobretudo, frise-se, pela amplitude dos fundamentos esposados na sentença e corroborados nessa instância."

Diante dos excertos colacionados, verifica-se que não houve a aventada ofensa ao **art. 619 do Código de Processo Penal**. O mencionado dispositivo prevê que *"[a]os acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de dois dias contados da sua publicação, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão"*.

O insurgente aduziu ser o v. acórdão **omisso**, ao não examinar a principal tese da acusação: de que os depoimentos das testemunhas ESTELITA ADÉLIA DA COSTA, JOSEFA ALVES DE LIMA e ÂNGELA MARIA DA SILVA não teriam sido considerados para efeitos de condenação dos recorridos, tornando nula a absolvição.

Todavia, é patente que a referida alegação foi afastada, quando a instância **a quo**, avaliando o **conjunto probatório** carreado aos autos, inclusive os depoimentos das testemunhas, concluiu que *"[...] diversos deles devem ser vistos com reserva, pois tomados como declarações e por "ouvir dizer", bem assim apresentam discrepância com a palavra de presos, os quais atestaram não ter*

presenciado violência física no interior da Delegacia, tampouco viram hematomas no corpo da vítima " (fl. 714).

Ademais, como constou no acórdão dos aclaratórios "[...] *restou amplamente valorada a palavra das testemunhas apontadas pelo Parquet, ainda que por meio de transcrição da sentença absolutória (motivação per relationem)*" (fl. 742).

Em verdade, com os aclaratórios opostos na origem, o recorrente pretendeu, como bem reconheceu a eg. Corte estadual, veicular mero inconformismo. A jurisprudência deste Superior Tribunal, entretanto, é firme no sentido que essa não é a via adequada para nova impugnação do mérito.

Quanto ao tema, confirmam-se:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. INTEMPESTIVIDADE DO APELO ESPECIAL. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. INADEQUAÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

[...]

2. Não se prestam os embargos de declaração para rediscutir matéria já devidamente enfrentada e decidida pelo aresto objurgado.

[...]

4. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no AREsp 1098662/SC, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 27/11/2017)

"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AMBIGUIDADE, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Não verificada contradição, obscuridade, omissão ou ambiguidade, são rejeitados os embargos declaratórios, que não servem à rediscussão do julgado.

[...]

5. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AREsp 642.520/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 14/11/2017)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TORTURA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PERDA DO CARGO PÚBLICO E NULIDADES PROCEDIMENTAIS. INOVAÇÃO RECURSAL. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. Inexistindo no acórdão embargado quaisquer dos vícios previstos no art. 619 do Código de Processo Penal, não há como acolher os aclaratórios.

2. Na espécie, inexiste o equívoco apontado pela parte, tendo o acórdão embargado apreciado a insurgência de forma clara e fundamentada, não sendo possível, em embargos de declaração, rediscutir o entendimento adotado, sequer para fins de prequestionamento.

3. O recurso especial interposto fundamenta-se, exclusivamente, no redimensionamento da pena-base fixada. Assim, as teses da falta de proporcionalidade da perda do cargo público e a existência de nulidades absolutas, suscitadas apenas nos embargos de declaração do acórdão do agravo regimental, caracterizam inovação recursal, sendo inviável a análise pretendida, ainda que se trate de matéria de ordem pública.

4. "É vedada a discussão, em embargos de declaração, de matérias que não foram anteriormente suscitadas, por se tratar de inovação recursal" (EDcl no AgRg no REsp 1519820/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 11/06/2018).

5. "O pleito de concessão de habeas corpus de ofício, como forma de tentar burlar a inadmissão do apelo especial ou de seus posteriores recursos, é descabido" (AgRg no REsp 1706035/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 22/11/2018).

6. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no AREsp 529.364/TO, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 14/02/2019, grifei)

Assim, quanto ao ponto, considerando que o acórdão recorrido está **em conformidade** com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça acerca do tema, incide, **in casu**, a Súmula n. 568/STJ, que assim dispõe, verbis: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do*

Superior Tribunal de Justiça

tema." provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, inciso III, do Regimento Interno do STJ, **conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.**

P. e I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator